

Comissão realiza divulgação provisória de candidaturas inscritas na consulta prévia

Conforme previsto no calendário eleitoral, a Comissão Eleitoral Geral divulgou, nesta quinta-feira (15), a lista provisória das chapas e candidaturas inscritas na consulta prévia para escolha de reitor, vice-reitor e diretores de campus da UFFS.

De acordo com o Edital 05/2015/CEG/CONSULTA PRÉVIA, as chapas inscritas ao cargo de reitor e vice-reitor são, em ordem de publicação: Jaime Giolo e Antonio Inácio Andrioli; Leonardo Rafael Santos Leitão e Fábio Francisco Feltrin de Souza.

Para os cargos de diretores de campus, inscreveram-se os seguintes candidatos, em ordem de publicação:

Campus Cerro Largo: Sandra Vidal Nogueira; Ivann Carlos Lago;

Campus Chapecó: Lisia Regina Ferreira Michels; Danilo Enrico Martuscelli;

Campus Erechim: Anderson André Genro Alves Ribeiro; Emerson Neves da Silva; Ilton Benoni da Silva;

Campus Laranjeiras do Sul: Janete Stoffel; Josuel Alfredo Vilela Pinto;

Campus Passo Fundo: Vanderlei de Oliveira Farias;

Campus Realeza: Antonio Marcos Myskiw.

Ainda foram divulgadas, também de forma provisória, as listas de eleitores que participarão da escolha.

A solicitação de recursos pode ser realizada durante os dias 29 e 30 de abril de 2015, conforme Edital 01/2015/CEG/CONSULTA PRÉVIA e o disposto na Resolução 21/2014 – CONSUNI.

A presença indígena na pós-graduação da UFFS

A UFFS chega a um momento relevante para sua história de inclusão. Além de oportunizar o ingresso e a permanência de estudantes oriundos das escolas públicas, negros e indígenas na graduação, um fato novo chama a atenção: a presença de indígenas nos mestrados oferecidos pela Instituição.

O universo da Pós-Graduação Stricto Sensu não é novo para Susana Andréa Inácio Belfort. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFFS – Campus Chapecó, ela também é mestra em Direito.

Para a estudante do Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável oferecido no Campus Laranjeiras do Sul, Ilda Cornélio, a história é um pouco diferente. Ela precisou interromper os estudos aos 14 anos para ajudar a família. Ilda só retornou à escola anos mais tarde. “No Ensino de Jovens e Adultos concluí o Ensino Fundamental e Médio, com o apoio do meu marido que estudava junto comigo”. Anos depois, para cursar a faculdade de Serviço Social, Ilda enfrentou a dificuldade de morar em outra cidade, distante do

marido e dos filhos.

Suzana Kagmu Mineiro também é aluna do Programa de Mestrado oferecido no Campus Laranjeiras do Sul. Para ela, o mundo acadêmico stricto sensu também é novidade. “Eu cursei Pedagogia e Geografia e iniciei Administração. Mas cursar um mestrado, tão perto de casa, é um sonho”.

As trajetórias de Susana, Ilda e Suzana seriam bastante similares à de tantos outros jovens que ingressaram no Ensino Superior no Brasil. Mas peculiar é a origem das três estudantes escolhidas para essa reportagem: as três são as primeiras indígenas a ingressarem em programas de pós-graduação stricto sensu da UFFS.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2013 (MEC/INEP) no Brasil, existem 13.687 estudantes indígenas frequentando a educação superior. Destes, 931 são da região Sul. Na UFFS, esse número



chega a 151 (148 em cursos de graduação).

A UFFS, enquanto Instituição comprometida com o ensino e, principalmente, com o ensino como ferramenta de inclusão, implementou a Lei 12.711 (que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio) em sua totalidade, criando, inclusive, gatilhos para a inclusão de indígenas. Além disso, também aprovou, em 2013, o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas na Instituição (PIN), que realiza ações específicas nesse sentido.

Para o diretor de Políticas de Graduação da UFFS, Elsie Corá, tem crescido, nos

últimos anos, os indicativos de políticas intersetoriais e educacionais no que se refere à questão indígena. “Podemos citar dois pontos importantes no ensino superior: a lei de cotas (12.711) e a bolsa permanência. Essas ações vem auxiliando no ingresso e na permanência dos indígenas nas universidades públicas. Percebe-se, que por outro lado, também há uma sinalização positiva, por parte dos indígenas, em frequentar a educação superior. Mas sabemos que existem questões pontuais, que dificultam uma maior participação desses estudantes nas IES, dentre elas, por exemplo, dificuldades geográficas e, principalmente, culturais, de sair da aldeia e ir estudar em instituições que ficam distantes de sua terra”, cita.

Corá ainda comenta que, através do PIN, estão sendo implementadas diversas ações para garantir a permanência dos estudantes indígenas na UFFS, que é um dos grandes desafios para a ação de inclusão desses povos. “Dentre elas destacam-se: apoio financeiro, por meio da bolsa permanência (MEC); celebração de convênios e parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais; disponibilização de vagas para os estudantes indígenas participarem de projetos de extensão e pesquisa. Além disso, estão previstos no horizonte do PIN, projetos de tutoria pedagógica e realização de eventos culturais, entre outros.”

Conheça a história das estudantes indígenas da UFFS:

Susana Andréa Inácio Belfort – mestranda em Educação (Chapecó)

Com a mãe atuando como professora bilíngue, Susana conta que esteve no ambiente escolar desde muito cedo. Até

a quarta série estudou exclusivamente em escolas indígenas, em vários locais. Depois, mudou-se com a família para São Luís (MA) e lá ficou por três anos. Voltou para o Rio Grande do Sul, fez o oitavo ano e, depois, magistério.

Logo nas primeiras experiências de convênios entre a Unijuí e a Funai, ingressou no Ensino Superior. Segundo ela, o grupo era de aproximadamente dez indígenas em diversos cursos. A escolha do curso se deu a partir de reflexões familiares. “Nas áreas indígenas, há espaço de trabalho em setores como saúde e educação. Boa parte dos estudantes escolhem essas áreas, então optei por outra, que também é fundamental, o Direito. Conversava com a minha mãe e ela lembrava que antigamente os povos indígenas usavam suas armas para a defesa das terras. Hoje é necessário conhecer nossos direitos”, destaca.

Depois de formada, e tendo a visão de que as ONGs e instituições ligadas à questão indígena precisam ter o olhar da comunidade, ela foi uma das fundadoras do Instituto Kaingang, do qual é a atual presidente. O instituto está sediado na Terra Indígena Serrinha, em Ronda Alta (RS). Susana é casada e tem dois filhos. A família divide o tempo entre Chapecó e a cidade vizinha gaúcha, já que a vivência indígena é intensa.

Ilda Cornélio e Suzana Kagmu Mineiro – mestrandas em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (Laranjeiras do Sul)

A experiência de Ilda no ensino foi marcada por algumas dificuldades. “Eu e minha irmã fomos as primeiras estudantes indígenas a ingressar na Universidade e alguns estudantes nunca tinham visto indígenas, então existia uma série de preconceitos”.

Ilda cursou Serviço Social na Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro – (Guarapuava-PR).

A estudante também comenta a forte ligação que tem com a família, como é característico nos povos indígenas. “Além de preconceitos, tive que enfrentar a saudade da família, pois tive que morar em outra cidade para estudar. Era difícil ficar longe de meu marido e filhos.”

Diferente de Ilda, Suzana conta que seus pais foram seus primeiros professores. “Comecei a estudar na própria Terra Indígena Rio das Cobras. Para cursar o Ensino Fundamental e Médio tive que me deslocar diariamente até a cidade de Nova Laranjeiras. Por meus pais serem professores, tive muito apoio, mas sei que essa não é a realidade de muitos”, afirma Suzana.

Para as duas estudantes, ingressar no mestrado tão perto de casa é uma conquista, é um sonho realizado. “Já tinha pesquisado sobre a oferta de vários cursos em diversos lugares, mas o custo era muito alto com deslocamento e não teria condições de me sustentar. Na UFFS eu vislumbrei a oportunidade de fazer o mestrado, porque é próximo da minha aldeia, fico próxima da minha família e isso é muito importante”, comenta Ilda.

Ilda e Suzana são da etnia Kaingang e atualmente residem na Terra Indígena Rio das Cobras, localizada no município de Nova Laranjeiras (PR). Dos indígenas que vivem em Rio Das Cobras, elas são as primeiras a chegarem a um mestrado, até então ninguém tinha estudado até esta etapa. “Somos as primeiras e pretendemos incentivar que outras pessoas também estudem e se especializem”, afirmam as estudantes.

Projeto da UFFS desenvolve ações com mulheres agricultoras dos três estados do Sul

Desenvolver ações formativas com mulheres e profissionais de entidades e movimentos que realizam atividades de Organização Produtiva e de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para mulheres - Ater Mulheres ou Ater Agroecologia. Esse é o objetivo do projeto “Organização Produtiva de Mulheres e Promoção de Autonomia por Meio do Estímulo à Prática

Agroecológica”, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em parceria com a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

As atividades serão desenvolvidas em parceria com organizações e movimentos sociais que representam o público das mulheres e técnicas participantes dos estados

de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Inicialmente, o projeto visava capacitar as técnicas das entidades prestadoras de Ater, mas foi ampliado e passou a atender turmas de técnicas das três organizações parceiras do projeto: o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Federação dos Trabalhadores na Agricul-

tura Familiar (Fetraf).

As Mulheres

As mulheres camponesas e agricultoras familiares são agentes da organização familiar, da produção dos alimentos e da geração de renda nas unidades de produção. A produção de alimentos para o autossustento, o cuidado com a casa e seus arredores, o cultivo de plantas medicinais, a produção de leite e o processamento de alimentos são tarefas desempenhadas muito mais pelas mulheres, camponesas e agricultoras familiares, do que pelos homens no meio rural. Vale ressaltar também o papel desempenhado pelas mulheres na produção agroecológica, buscando autonomia e lutando por soberania e segurança alimentar e nutricional.

A produção agroecológica é entendida pelas mulheres em seu aspecto mais amplo. Ela é responsável por uma melhor condição de trabalho, ao eliminar da produção elementos prejudiciais à saúde, como

os agrotóxicos, mas também é um resgate de valores com a própria natureza ao contribuir para a sua preservação, e, como consequência, garantir acesso a alimentos livres de venenos para os consumidores.

Por isso, as atividades buscam promover a autonomia dessas mulheres para que a prática agroecológica seja cada vez mais usada. Para viabilizar essas ações serão executadas também atividades de mapeamento e sistematização de experiências de grupos de mulheres rurais em processos de transição agroecológica, de elaboração e publicação de Materiais sobre Mulheres e Agroecologia e realização de atividades de articulação e coordenação do projeto.

O Curso

O curso está organizado em seis módulos de formação. Os temas neles tratados foram amplamente discutidos, tendo suas ementas elaboradas pelas coordenadoras da UFFS e das organizações envolvidas.

O primeiro módulo abordará a Agricultura Familiar e Camponesa: as questões de gênero na organização da produção. O módulo II trará o tema Produção de autossustento, quintais produtivos na agricultura familiar e camponesa: o papel historicamente desempenhado pelas mulheres. No terceiro módulo será discutido Feminismo, agroecologia e sustentabilidade. No módulo IV o enfoque será as Plantas medicinais, aromáticas e alimentícias. No quinto módulo o tema será a Organização produtiva e economia feminista e no sexto módulo será discutido o Acesso às Políticas Públicas pelas mulheres, com foco em políticas agrárias e agrícolas.

Na coordenação geral do curso está a professora Valdete Boni. Também fazem parte da coordenação as professoras Maira Estela Roesler Mohr da UFFS – Campus Erechim, Siomara Aparecida Marques da UFFS – Campus Laranjeiras do Sul e Tânia Mara De Bastiani da UFFS – Campus Chapecó.

Campus Realeza oferta atendimento gratuito a animais domésticos e silvestres

Com a finalidade de contribuir com a saúde animal, visando melhorar as relações de sanidade e de saúde entre animais e seres humanos, o curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Realeza está desenvolvendo a 2ª edição do programa de extensão que oferta atendimento gratuito a animais domésticos e silvestres. O programa prevê a realização de procedimentos clínicos, cirúrgicos e diagnósticos.

No ano anterior, mais de 900 animais domésticos e silvestres foram atendidos na Unidade de Medicina Veterinária (UMV), sendo realizadas mais de 300 cirurgias e 500 exames laboratoriais. Os atendimentos e procedimentos cirúrgicos são realizados pelos acadêmicos do curso de Medicina Veterinária, sempre acompanhados por professores e médicos veterinários (técnicos-administrativos em educação).

Os atendimentos não se restringem ao município de Realeza, também são encaminhados para atendimento animais de cidades vizinhas, como Cascavel, Francisco Beltrão, Capitão Leônidas Marques, Planalto, Santo Antônio do Iguacu, Pato Branco, Pérola do Oeste, Âmpere, Marmeleiro e

Barracão, no estado do Paraná. Ainda Dionísio Cerqueira e Palma Sola, no estado de Santa Catarina.

O coordenador do programa, professor Gentil Ferreira Gonçalves, argumenta que a continuidade do programa é importante devido à abrangência e aos cuidados com a saúde pública. "Com essa abrangência, pensou-se em manter o programa, afinal pode-se ofertar atendimento sem custo à população e a órgãos governamentais, como a Polícia Ambiental, no que se refere aos animais silvestres. Neste ano, vamos oferecer serviços de diagnóstico por imagem, exames patológicos, entre outros. O cuidado com os animais está ligado às questões de saúde pública, que também é área de atuação do médico veterinário", ressalta.

O Programa "Atendimento clínico, cirúrgico e laboratorial aos animais de Realeza e região" integra quatro projetos de extensão na modalidade de prestação de



serviços, sendo interdependentes e realizados em paralelo. Pelos projetos estão previstos serviços de clínica médica de animais domésticos e silvestres, através do serviço de saúde única, serviço de clínica cirúrgica e imagiologia veterinária, serviço de anestesiologia veterinária, serviço de diagnóstico anatomopatológico, citopatológico, hematológico e bioquímico em animais.

Para que seu animal de estimação seja atendido gratuitamente pelo programa, basta ligar para (46) 3543-8347 e agendar uma consulta. O responsável pelo animal deve apresentar RG e CPF para o preenchimento da ficha de atendimento.

Cerro Largo abre inscrições para 2ª edição da Pós-Graduação em Orientação Educacional

A UFFS – Campus Cerro Largo oferecerá 35 vagas na segunda edição do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Orientação Educacional, na modalidade presencial.

O processo seletivo, para candidatos que concluíram curso superior de Graduação – Licenciatura, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), no País e/ou exterior, tem como objetivo habilitar orien-

tadores educacionais na perspectiva da prevenção e mediação de conflitos, como forma de gestão das unidades escolares e salas de aula e de promoção de uma cultura de paz social no ambiente escolar, abrangendo a relação com os responsáveis legais pelos alunos.

As inscrições estarão abertas no período de 25 de maio a 26 de junho de 2015, de

segunda a sexta-feira, das 08h30 às 11h30 e das 14h às 17h, na Secretaria Acadêmica Campus Cerro Largo/RS, Rua Major Antônio Cardoso, 590 (Antigo Seminário São José), Cerro Largo – RS, CEP 97.900-000.

Mais informações no edital nº 343/UFFS/2015 e pelo fone (55) 3359-3959.

Aulas serão retomadas no dia 27 na UFFS - Campus Erechim

O Conselho de Campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim aprovou, em sessão extraordinária realizada nesta quinta-feira (23), o retorno das aulas no campus definitivo no dia 27 de abril, próxima segunda-feira. A decisão foi embasada no relato apresentado pela presidência do Conselho da reunião do Comitê de Crise realizada no dia 17 de abril, no qual há uma análise das melhorias realizadas visando ao restabelecimento da confiança na segurança do acesso e a manifestação de que elas seriam adequadas para o reinício das atividades.

Diante desse posicionamento do Comitê de Crise, do qual participam uma série de organismos ligados à segurança pública, instituições governamentais, entidades e representantes da comunidade universitária, a maioria dos conselheiros votou pela retomada das aulas.

Durante a sessão do Conselho de Cam-

pus houve uma série de manifestações de conselheiros reconhecendo o trabalho do Comitê de Crise, da prefeitura de Erechim e da Câmara de Vereadores, de entidades e representações que colaboraram para a melhoria das condições de segurança no acesso ao campus definitivo da UFFS Erechim, possibilitando o reinício das aulas.

Os conselheiros se manifestaram, ainda, no sentido de manterem o acompanhamento sobre algumas obras que estão em execução, especialmente a drenagem da rotatória e a implantação da iluminação. Outro ponto no qual houve consenso foi sobre a manifestação de apoio aos moradores da Linha Zero, que reivindicam uma solução, também, para o acesso àquela comunidade. O Conselho de Campus da UFFS se comprometeu a acompanhar a situação e colaborar, mediante a intermediação com outras organizações, na busca por um encaminhamento adequado.

As aulas na UFFS – Campus Erechim estão suspensas desde o dia 27 de fevereiro quando ocorreu um acidente envolvendo um ônibus de transporte coletivo urbano que se deslocava ao campus definitivo.

Calendário Acadêmico

Durante a sessão do Conselho de Campus o pró-reitor de Graduação da UFFS, João Alfredo Braida, apresentou um estudo preliminar acerca do Calendário Acadêmico de 2015, que precisará ser adequado diante do tempo que as aulas ficaram suspensas. Esses estudos serão expandidos com o apoio de uma Comissão, instituída pelo Conselho nesta quinta-feira, que elaborará uma proposta, em diálogo com o Campus e com a Pró-reitoria.

O novo Calendário Acadêmico será consolidado no Conselho de Campus e posteriormente enviado para aprovação pela Câmara de Graduação da UFFS

Jornada Universitária é realizada no Campus Laranjeiras do Sul

Entre os dias 23 e 24 acontece na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Laranjeiras do Sul a “Jornada Universitária: reforma agrária popular e luta de classes”. O evento, que tem em sua programação palestras, debates, feiras e exposições, conta com a participação da comunidade acadêmica e regional e representantes de movimentos sociais e estudantes da Universidade Estadual de Maringá (PR).

Conforme Ana Hammel, uma das coordenadoras do evento, “a Jornada Universitária em defesa da reforma agrária acontece, nos meses de março e abril, aqui na UFFS e em todas as Universidades que tem compromisso com a luta pela terra e pela reforma agrária neste país. O nosso foco é a luta pela terra na região Centro-Oeste do Paraná. O objetivo é chamar a atenção da comunidade acadêmica para a necessidade da reforma agrária popular

como uma opção para o desenvolvimento da região”.

Ana destaca ainda que “a programação conta com debates sobre a luta camponesa e o marxismo, situação atual das lutas de classes na região Centro-Oeste, sobre a agroecologia como possibilidade de desenvolvimento regional e encerra com a palestra sobre a função social da propriedade. A ideia é fazer esse debate não somente teórico, mas também trazer

os frutos da reforma agrária. Podemos ver que temos uma recuperação dos fatos históricos apresentados nas exposições de fotos e recortes de jornais e também temos a exposição de sementes crioulas, de alimentos oriundos da reforma agrária e ainda de livros. Isso tudo demonstra que não há apenas o debate teórico, mas também há um debate visual e cultural” finaliza.

O docente Gracialino Dias, que palestrou no evento sobre “A luta camponesa e o marxismo”, abordou em sua fala a base científica que oferece aporte para a luta de classes. Dias relata que o marxismo é

discutido como teoria científica da classe trabalhadora, pois ele oferece aporte para a luta da organização camponesa enquanto luta de classes”.

Nesta sexta-feira o evento tem continuidade a partir das 16h, com feiras e exposições e, a partir das 19 horas, acontece a palestra “A função social da propriedade”, com o professor Carlos Frederico Mares de Souza Filho, que é procurador do Estado do Paraná e docente do Programa de Mestrado e Doutorado da Pontifícia



Universidade Católica do Paraná, onde é professor titular de Direito Agrário e Socioambiental.

Comissão visita a UFFS - Campus Chapecó para avaliar o oferecimento do curso de Medicina

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Chapecó recebeu a visita, nesta quinta-feira (16), da Comissão de Acompanhamento e Monitoramento de Escolas Médicas (CAMEM), formada pelo seu coordenador, professor Henry de Holanda Campos, e pelo técnico do Ministério da Educação, Alexandre de Aguiar. É de competência desta Comissão acompanhar in loco o projeto de implantação e o desenvolvimento do curso de Medicina até a emissão do ato de seu reconhecimento, além de indicar ao MEC a viabilidade de iniciar a oferta das vagas previstas e a adequada execução do Projeto Pedagógico.

No período da manhã a comissão realizou uma reunião com o reitor, Jaime Giolo, pró-reitor de Graduação, João Alfredo Braida, integrantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Medicina do Campus Chapecó, representantes da Secretaria de Saúde do município e da comunidade.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) foi discutido e o professor Campos explanou sobre as recomendações do MEC relativas à formação médica na contemporaneidade, destacando a sintonia do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Chapecó com essa orientação. Segundo ele, o MEC tem enfatizado é a formação de um profissional mais voltado à realidade local, que privilegie o ensino, a pesquisa e a extensão com foco nas prioridades de saúde locais.

O professor assinalou que a concepção de formação inovadora de médicos tem sido muito desafiadora, pois implica uma nova postura docente e a necessidade de articulação com os serviços e sistemas locais de



saúde. Ele elogiou a participação de representantes da Secretaria de Saúde de Chapecó, que fizeram breve relato da parceria empreendida com a UFFS. “Acho que (o projeto do curso de Medicina da UFFS – Campus Chapecó) está bem de acordo com o que se deseja, dentro do processo de expansão do Mais Médicos, que é a criação desses cursos nas universidades federais com a formação de um profissional diferente. Discutimos alguns pontos. É um projeto que – como todos os projetos – precisa ser permanentemente revisto, revisitado, mas tem muita coisa interessante. Ele responde e olha muito atentamente para a comunidade, o que é extremamente importante”, destacou Campos.

Os avaliadores também conheceram os prédios dos laboratórios e, no período da tarde, a Comissão conheceu cenários de práticas: UPA 24 Horas, Unidade Básica de Saúde São Pedro e Hospital Regional do Oeste (HRO).

Conforme a presidente do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, professora Maria Conceição de Oliveira, a partir de outubro, quando a primeira comissão avaliador

ra esteve na Instituição e fez sugestões para o curso, os envolvidos no desenvolvimento do projeto iniciaram as adequações. As reuniões foram semanais para as discussões e adaptações, e apresentadas na reunião de quinta-feira.

De acordo com a professora Izabella Barison Matos, membro do NDE da Medicina, um dos desafios dessa nova proposta de PPC é utilizar metodologias ativas de aprendizagem, incentivando o estudante a ser protagonista da sua formação. Além disso, o projeto traz uma forte interação ensino-serviço-comunidade. “A partir de vivências no SUS, os alunos experenciam a formação sintonizada e responsiva às necessidades do perfil epidemiológico da população. Isso implica, também, a sintonia dos professores com essa proposta pedagógica inovadora, que é diferente de formação mais tradicional na qual o professor é a maior fonte do conhecimento”, ressaltou.

Até o dia 27 de abril, a comissão vai elaborar e entregar ao MEC um parecer sobre a implantação do curso.